



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

“ÁRVORE EM PÉ, BARRIGA VAZIA”: NEGACIONISMO NA CPI DAS ONGs

Agnes de Oliveira Franco¹¹; Pedro L. Côrtes²

¹Universidade de São Paulo, agnesfranco@usp.br

² Universidade de São Paulo, plcortes@usp.br

GT 05: Aspectos críticos, oportunidades e desafios para o enfrentamento da crise climática

Resumo

Este estudo pretende dar início a um confronto entre a narrativa negacionista apresentada durante a CPI das ONGs de 2024, principalmente pelos parlamentares que defendem a ideia de um complô internacional contra o desenvolvimento do Brasil por meio da transferência de recursos internacionais para ONGs brasileiras. Para isso, será necessário conceituar perspectivas econômicas, bem como analisar a narrativa e seus elementos. Os dados iniciais indicam que a máxima ‘árvore em pé, barriga vazia’ sugere desacordo entre modelos de desenvolvimento, e de que o modelo proposto pelos negacionistas das mudanças climáticas, ainda que gerem impacto econômico na região, beneficiariam uma pequena parcela da sociedade. As análises serão feitas por métodos quantitativos e qualitativos.

Palavras-chave:

Meio Ambiente; Análise Narrativa; Negacionismo Climático; Economia Ecológica; Povos e Comunidades Tradicionais;

Destaques (highlights)

- Demonstra como o negacionismo climático e teorias de conspiração internacional são propagados no senado brasileiro
- Mapeia a construção de narrativa negacionista propagada ao longo da CPI das ONGs, realizada em 2023, pelo senado brasileiro
- Argumenta que ferramentas como PIB e IDH não são suficientes para avaliar qualidade de vida e desenvolvimento de todos os povos, em especial de PCTs.

¹ Agradecimento à CAPES pelo apoio.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2024, o senado brasileiro organizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar possíveis irregularidades em Organizações Não Governamentais (ONGs) atuantes na área de meio ambiente no Brasil. Ao longo de seis meses, parlamentares inquiriram lideranças populares, dirigentes de organizações da sociedade civil (OSC), funcionários públicos e ex-funcionários. Discursos negacionistas diversos foram identificados ao longo das sessões, tanto por parte de parlamentares quanto emitidos pelos depoentes. Entre eles, identificou-se algumas ideias pré-concebidas relevantes. Entre elas havia uma sempre presente: a máxima de que a ‘floresta em pé é igual a barriga vazia’, baseada no baixo Produto Interno Bruto (PIB) da região amazônica. Com este argumento, notou-se, durante a análise de conteúdo, clara defesa da exploração da floresta de modo pouco sustentável, como o corte de madeira e o garimpo. Portanto, este artigo buscará identificar quais os principais argumentos apresentados (se é que há), e se eles têm conexão com a realidade a partir da ótica da economia ecológica. Para analisar esses discursos, serão usadas as notas taquigráficas das sessões realizadas ao longo da CPI, analisadas por meio do Iramuteq com posterior análise de conteúdo, e referências bibliográficas capazes de estruturar a análise.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pode-se considerar que, em especial a partir de 2009, o negacionismo climático no Brasil ganha nova forma, com evidentes elementos distorcidos do liberalismo em seus argumentos. Por liberalismo, entende-se a aqui a defesa da redução do poder estatal com a substituição pelos serviços prestados por empresas privadas – incluindo, e com muita importância, o direito à propriedade (Merquior, 2014).

Para além do liberalismo, há uma reflexão proposta por Moreno; Chassé; Fuhr, (2016) acerca das métricas presentes na economia política. Para os autores, o colonialismo teve papel importante na forma como as sociedades assumem esses sistemas métricos de modo inquestionável, tornando-se um ponto relevante no que diz respeito ao trabalho e à exploração dos recursos naturais. Argumentam os autores que, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e com as colônias se tornando países independentes, PIB passa a ser uma ferramenta que mede países com culturas e realidades muito distantes entre si com a mesma régua. Este exemplo demonstra como a economia clássica e liberal podem resumir as vidas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

humanas em pequenos aspectos, que não correspondem ao todo e com economias ineficientes. Nesse sentido, precisamos olhar para a definição de eficiência.

O termo ‘eficiência’, tem surgimento ligado à lógica positivista e produção mecanizada, incorporando desde sua origem uma lógica ocidental e cristã, ainda que atualmente possa ter uma abrangência mais ampla. Na perspectiva da Economia Ecológica, entretanto, a limitação dos recursos naturais e a dúvida sobre o mercado regular naturalmente ausência desses recursos são postas à mesa. Além disso, aspectos multidisciplinares, amplos, que consideram particularidades diversas são considerados. Portanto, pode-se assumir que a análise de eficiência tem limitações muito relevantes (Jollands, 2006).

Efficiency is wholly inadequate to address issues of scale and distribution, which depend on ecological realities, and on social, political, and ethical principles, respectively. Ecological economic literature asserts that efficiency should not be considered in isolation (Jollands, 2006, p. 363)

Jollands (2006), portanto, nos apresenta importante correlação entre eficiência, distribuição e escala. A eficiência tem plena ligação com o cálculo do PIB, porque parte da mesma lógica de quantificação iluminista citada por Moreno, Chassé e Fuhr (2016). Segundo Dally (1992), alocação diz respeito a quantidade de recurso utilizado para o uso final de um produto de acordo com as preferências dos indivíduos, ponderado pela possibilidade, capacidade deste mesmo indivíduo de pagar pelo produto. Ou seja: colhendo 10 quilos de açaí, é preciso decidir se a esse recurso será utilizado para produzir geleia, suco, polpa, fibra ou, para insumo medicamentoso - hipoteticamente. Para tal, será considerado o interesse das pessoas por cada um desses produtos e a disponibilidade desses consumidores em potencial para pagar pelo produto final gerado. A alocação vai usar o princípio da eficiência, considerando que uma boa matemática nesses quesitos resultará em boa alocação. Neste cálculo, a abundância ou escassez - taxa de extração *versus* velocidade de regeneração deve ser considerada (Daly, 1992). Já a distribuição, outro ponto de atenção, deve ser justa e equitativa – ou seja: se o indivíduo A mede um metro e meio e gasta pouca energia porque é sedentário, precisará de menos geleia de açaí do que o indivíduo B, que mede um metro e noventa trabalha na lavoura, portanto, gasta mais energia. Entretanto, na realidade, a distribuição é rival e excludente - quem paga pelo açaí pode ter sua posse independentemente de sua necessidade, apesar de não haver açaí para todos (*ibid*).

3

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Uma breve comparação entre diferentes compreensões sobre crescimento e desenvolvimento também se faz necessária para análise. Para parte dos economistas, desenvolvimento será medido a partir do acúmulo de renda e de riqueza – entenda-se, crescimento econômico. Entretanto, isso não significa que o fenômeno acontecerá de maneira uniforme para toda a população, ao contrário: pode ser fator de concentração de renda e causador de problemas estruturais. (Berlinck; Cohen, 1970). Considerando aqui que a ciência (inclusive a econômica) parte de dados concretos em cenário incerto, é razoável reconhecer que crescimento econômico é um elemento deveras limitado para medição de desenvolvimento. Portanto, conclui-se que o desenvolvimento a partir de crescimento econômico não é suficiente para aferição da qualidade da vida de uma população (Martinez-Alier, 1988), em especial se ele ignorar a entropia e os limites ecológicos (PEARCE, 1987). Muitos autores acompanham esse raciocínio: se por um lado Robert Solow defendia que a extinção de recursos naturais poderia ser substituída por “[...] outros fatores de produção, especialmente o trabalho e o capital reproduzível”, a economia ecológica vai discordar, como foi feita a contraposição por George-Roegen em 1986, com uma abordagem igualitarista (Martinez-Alier, 1988, p. 56-58), portanto, os recursos naturais não são substituíveis nesta perspectiva.

Neste ponto, chegamos ao desenvolvimento sustentável, conceito que se torna popular, em especial, a partir da primeira Convenção do Clima, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, carregando consigo todo o conceito do Evangelho da Ecoeficiência, corrente do ambientalismo conceituada por Martinez-Alier (2002). O triplo pilar que sustenta este modelo de desenvolvimento é o equilíbrio econômico, ambiental e social balanceados (Anguelovski; Martinez-Alier, 2014), que parece bastante adequado ao capitalismo, já que precifica a destruição dos biomas e praticamente dá licença para a destruição – apesar de, em teoria, reconhecer os limites naturais (Franco, 2022). É relevante citar que as reflexões acerca da conexão entre meio ambiente e desenvolvimento foram amadurecendo, inclusive em termos de governança global, como podemos ver na década de 1970, com o Relatório de Brutland, ou com o Founex Report dos anos 1980.

Chegando ao Brasil contemporâneo, nos deparamos com o Brasil do ex-deputado federal e ex-Ministro Aldo Rebelo, que à época da discussão do Código Florestal, no inícios dos anos 2010, apresentava o ambientalismo e a defesa das florestas em pé dentro de um contexto de uma guerra comercial internacional, que atendia à interesses estrangeiros em detrimento , aos



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

trabalhadores brasileiros (Miguel, 2022). Esta narrativa seguiu cada vez mais forte, e em 2023, durante a CPI das ONGs, foi repetida inúmeras vezes. Para agentes como o ex-deputado citado, há uma única forma de avaliar um povo, a economia local e sua contribuição social, que é a partir de um modelo de desenvolvimento excludente, limitante e negacionista. Figuras como Márcio Bittar (União – AC), Plínio Valério (PSDB – AM), Styvenson Valetin (Podemos – RN), Jaime Bagattoli (PL – RO), entre outros são destaque entre Senadores da República que defendem políticas liberais, desalinhadas à crise climática. Bittar, no entanto, é notoriamente um dos maiores adeptos de teorias da conspiração com cunho econômico: o parlamentar acredita – assim como acredita Aldo Rebelo, como citado na Introdução deste documento – que há um complô internacional – incluindo o sistema ONU - liderado por diversos países do Norte Global, principalmente Canadá, Noruega e Reino Unido que teriam por objetivo interferir negativamente nos rumos do desenvolvimento do Brasil. Para isso, a Noruega, por exemplo, utilizaria o Fundo Amazônia como ferramenta para escoar recursos financeiros para ONGs brasileiras que estariam barrando a exploração de petróleo na Amazônia a seu mando, bem como o ‘desenvolvimento’ dos povos e comunidades tradicionais lá viventes. Já o Canadá teria como alvo investir na expansão das Unidades de Conservação e outras reservas naturais na Amazônia para impedir o comércio de madeira da floresta, de modo que não gere concorrência para as exportações daquele país. Portanto, a narrativa afirma que com a falsa intenção de manter a floresta em pé, a miséria e a pobreza do povo amazônida é perene (Franco et al., 2024).

3. OBJETIVOS E HIPÓTESES

A hipótese é a de que a tese “árvore em pé, barriga vazia” é uma falácia, tanto no sentido de que floresta preservada não significa fome – ao contrário – quanto no sentido de que o significado semântico de desenvolvimento e prosperidade para os povos da floresta pode ser diferente do sentido ocidental e da economia liberal, exploratória.

Outra hipótese é a de que há verdades relevantes embutidas no discurso, que gerariam grande impacto econômico na região, mas, conforme apontado por autores supracitados, beneficiariam uma pequena parcela da sociedade – representadas pelos parlamentares que disseminam o negacionismo climático.

Deste modo, é plausível que o objetivo desse estudo seja comparar a narrativa, com perspectivas e dados econômicos a fim de fundamentar a tese de que as narrativas são falsas ou tendenciosas.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Não é possível medir a partir dos mesmos princípios, povos e comunidades com características e histórias diferentes. Ao mesmo tempo, na era da desinformação, é preciso construir argumentos sólidos para minar o negacionismo científico e climático, que cresce exponencialmente em uma sociedade digitalizada, e que não conhece os princípios básicos do método científico, portanto, fica mais sujeito às manipulações e consequentemente, à construção de políticas públicas alheias ao benefício das populações mais vulneráveis.

É sabido que sociedades e indivíduos diverjam sobre necessidade de um ou outro produto. Se pensarmos nos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia – e mesmo fora dela – essa dicotomia ficará ainda mais evidente se comparada à maioria das capitais do sudeste brasileiro. Se pensarmos em distribuição, por exemplo, em geral, o mercado a calcula a partir dos centros urbanos, acessíveis por estradas asfaltadas e com infraestrutura razoável. Mas, se o cálculo for feito pensando em povos que são acessíveis apenas de barcos, voadeiras, depois de dias de viagem, teremos resultados diferentes, e muitos produtos tornar-se-iam inviáveis. Ora, se o preço dos produtos para chegarem nessas populações são tão altos, isso indica que é preciso adequar a economia àquela realidade.

Por isso, é necessário entender as diversos pontos econômicos, como as origens da quantificação, que tem como um dos principais expoentes a medição do “desempenho econômico por meio da abstração de um Produto Interno Bruto (PIB)” (Moreno, Chassé, Fuhr; p.12, 2016).

O exemplo acima ilustra brevemente como o negacionismo climático se constrói a partir de recortes da realidade, se opondo à irreversibilidade de certos efeitos ecológicos, ou naturalizando tais sintomas como causas sistêmicas. Além disso, dissemina por meio de atores-chave uma masculinidade tóxica expressa em ideias econômicas e culturais (Almeida, 2024). Neste ponto, negar ou minimizar externalidades influencia diretamente na construção democrática do país, e em última instância, na sobrevivência humana.

Além das externalidades, há impactos econômicos relevantes na negação sobre mudanças climáticas, como indica o governo da cidade do Rio de Janeiro, apontando o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de três mil casos somente no primeiro mês de 2025, em decorrência das altas temperaturas, desencadeando um protocolo de calor pela gestão do município. Não foi encontrado dados publicados sobre o aumento de gastos pelo SUS sobre o específico caso, mas é razoável concluir que o negacionismo climática afeta veementemente os



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

cofres públicos².

Apoiados no desconhecimento da maior parte da população em temas como infraestrutura, gestão pública e economia, autores como Lorenzen Carrasco disseminam grande quantidade de desinformação, como pode ser visto no livro ‘Máfia Verde’. Portanto, tal estudo faz-se necessário a fim de embasar tomadores de decisão, gestores públicos e outros atores-chave que buscam soluções concretas e viáveis para a sociedade, sob o risco de assistir ‘a boiada’³ passando.

4. METODOLOGIA

No que diz respeito à análise narrativa, serão analisadas por meio de pesquisa qualitativas e quantitativas frases e palavras negacionistas, com dados levantados por meio de notas taquigráficas e estudos previamente realizados pelo Instituto Democracia em Xequê sobre as 19 sessões da CPI das ONGs. Além disso, com ajuda do Iramuteq, as palavras serão classificadas, organizadas e posteriormente analisadas para detalhar o tipo de argumento econômico usado pelos parlamentares, bem como o modelo de desenvolvimento que eles propõem. Com a ferramenta Iramuteq, é possível construir similitudes e organizar estatisticamente os dados. O IRAMUTEQ é uma forma de análise de conteúdo automatizada. Com alto rigor estatístico, permite diferentes formas de análise, como “estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras” (Camargo; Justo, 2013, p. 513). Ainda que a análise automatizada seja um grande avanço, a interpretação do pesquisador segue sendo indispensável, entretanto, o programa faz com que as análises aconteçam com muito mais agilidade, possibilitando formas de interpretação que não seriam possíveis de outra maneira e facilitando a construção de dados. (Ramos; Lima; Amaral-Rosa, 2018). Por isso, tanto para efeito de análise quanto para efeitos sociais (ainda que este não seja o objetivo principal desta pesquisa), a identificação de simulacros será mais precisa, e a viabilidade para execução do projeto torna-se concreta.

² <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/como-as-mudancas-climaticas-afetam-a-saude-da-populacao#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20calor%20intensifica,como%20fibrese%20pulmonar%20e%20DPOC.>

³ Referência a uma expressão utilizada pelo ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante a epidemia de Covid-19. Vide vídeo da BBC Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNMbeU>



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

No que diz respeito à análise da veracidade econômica, serão utilizados métodos comparativos sobre PIB, IDH, contrapondo-se a pesquisas disponíveis acerca de economia circular e outros modelos (consolidados, em desenvolvimento ou propostos na pesquisa) capazes de captar a qualidade de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais viventes na Amazônia, primordialmente, e outros biomas, complementarmente.

Além disso, serão realizadas entrevistas com moradores das regiões citadas – preferencialmente PCTs – para identificar o que eles entendem por desenvolvimento (caso não haja pesquisa prévia publicada, pois, se houver, pode-se fazer revisão da literatura).

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste início de estudo apresentamos apenas um mapa construído por essa autora e publicado pelo Instituto Democracia em Xeque, entretanto, este é um texto preliminar. Os dados do discurso serão apresentados em forma de gráficos e tabelas a partir das análises do Iramuteq e da qualificação semântica dos vocábulos (análise de conteúdo)

Posteriormente, os dados econômicos serão apresentados a partir de levantamento de PIB, IDH, e outros índices eventualmente propostos capazes de medir a vida dos povos e comunidades tradicionais mais amplamente.

Alguns dados são objetivos, mas não se pode negar que a análise de conteúdo e mesmo a análise econômica pode estar sujeita a contaminações por parte da pesquisadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Embora o estudo seja insipiente, já é possível indicar que a narrativa é sintomática, e professada por sujeitos alinhados à extrema-direita brasileira ou, de uma perspectiva menos radical, por uma ala da sociedade conservadora e herdeira de valores coloniais. Portanto, é preciso pesquisar o emissor, a mensagem e os dados da estruturantes das ideias defendidas – neste capítulo, de uma perspectiva econômica.

7. REFERÊNCIAS

Almeida, S. F. **Disrupções das Fantasias do Negacionismo, da Perdição e Transformação da Terra em Narrativas de Emergência Climática**. João Pessoa: Idea, 2024.

Anguelovski, I.; Martinez-Alier, J. The ‘ Environmentalism of the Poor ’ revisited : Territory



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

and place in disconnected glocal struggles. **Ecological Economic**, v. 102, 2014.

Berlinck, M. T.; Cohen, Y. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 1, p. 45–64, 1970.

Camargo, B. V.; Justo, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

Daly, H. E. Allocation, Distribution, and Scale: Towards an Economics that is Efficient, Just, and Sustainable. **Ecological Economic**, v. 6, p. 185–93, 1992.

Franco, A. de O. **Unionism and Environment: How Trade Unions in The Global South and North work on the Environment and Climate Agendas**. [s.l.] Kassel Universität, 2022.

Franco, A. de O. et al. **Inventário das Sessões da CPI das ONGs**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://institutodx.org/blog/relatorios-de-monitoramento-da-cpi-das-ongs/>>.

Jollands, N. Concepts of efficiency in ecological economics: Sisyphus and the decision maker. **Ecological Economics**, v. 56, n. 3 SPEC. ISS., p. 359–372, 2006.

Martinez-Alier, J. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: Tradução de Armando de Melo Lisboa, 1988.

Martinez-Alier, J. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing Ltda, 2002.

Miguel, J. C. H. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293–315, 2022.

Moreno, C. C.; Chassé, D. S.; Fuhr, L. **A métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2016.

Pearce, D. Foundations of an Ecological Economics. **Ecological Modelling**, v. 38, p. 9–18, 1987.

Ramos, M. G.; Lima, V. M. DO R.; Amaral-Rosa, M. P. Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. **Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**, v. 1, n. July, p. 505–514, 2018.



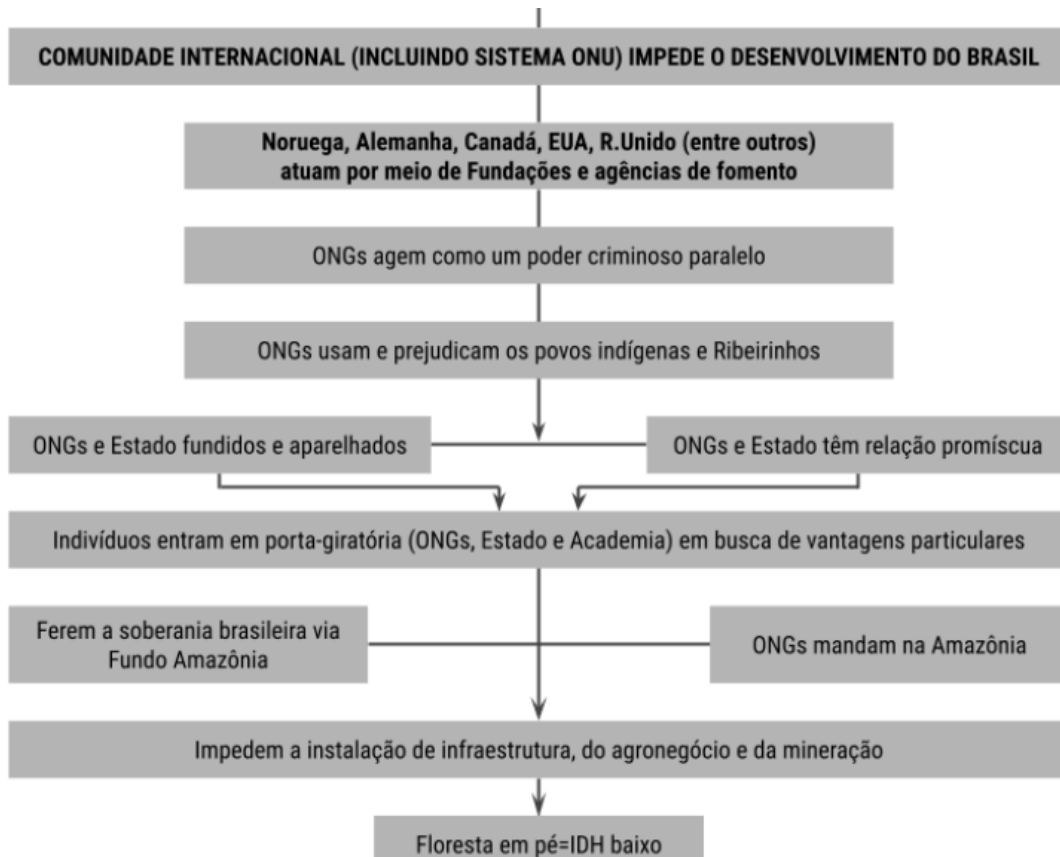
XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ANEXO

Mapa Narrativo da CPI das ONGs (FRANCO et al., 2024)





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

